



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Greve a um passo do fim

Reunião. Colombo recebe comando grevista em casa e faz nova proposta



Colombo
(ao centro),
convocou o
secretário
Marco Tebaldi
o vice Eduard
Moreira

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 2, 3 e 4/7/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 04/07/11
Assunto: Greve a um passo do fim		Página: 03

Greve a um passo do fim

Reunião. Colombo recebe comando grevista em casa e faz nova proposta

FLORIANÓPOLIS — Ao sair da reunião com o comando de greve na Casa d' Agrônômica, na noite de ontem, o governador Raimundo Colombo disse que ofereceu o máximo que pôde para que os professores voltem ao trabalho. "O que eu peço é que os professores voltem às aulas", afirmou o governador, que recebeu o comando de greve para reunião, com a participação dos principais secretários e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira. A sensação que ficou depois do encontro é que a greve que dura 47 dias está bem perto do fim. Vai depender agora de decisão de assembleia estadual dos professores, provavelmente nesta semana.

A reunião, que durou uma hora, pode ter sido a última entre governo e comando de greve. A coordenadora do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), Alvet Bedin, afirmou que houve avanços e as propostas do governo serão levadas à avaliação em assembleias dos professores. O governo propôs pagar a regência de classe entre agosto e dezembro nos níveis de 25% para 30% (séries iniciais) e de 17% para 20% (séries finais), com promessa de voltar aos índices normais, de 40% e 25%, a partir de janeiro de 2012. "Houve uma evolução grande, mas falta recompor a tabela salarial", afirmou Alvet Bedin. O governo prometeu ainda aumentar a gratificação por aula excedente de 1,5% para 3,6% a partir de agosto e retornar ao patamar de 5% em janeiro de 2012.

Calva.
A fonte dos recursos é o orçamento da Educação. "Não quero resolver os problemas da Educação fragilizando outras áreas do governo", disse o governador

A proposta do governo constará num projeto de lei complementar que será encaminhado para Assembleia Legislativa. O primeiro projeto do governo tinha um impacto financeiro mensal de R\$ 14 milhões. A greve continuou e o governo alterou a proposta, com custo de R\$ 22 milhões. Depois fez nova proposta que custaria mais R\$ 16 milhões. E essa, anunciada ontem, ampliará os gastos em mais R\$ 5 milhões.



Secretaria vai perder recursos

A audiência com o governador vinha sendo reivindicada a cada reunião realizada entre comando de greve e o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. O governador Raimundo Colombo cumprimentou um a um os representantes do Sinte que foram até a Casa d' Agrônômica na tarde fria de domingo. Parte dos sindicalistas entrou para reunião. Outros ficaram numa sala. Enquanto aguardavam o fim da reunião assistiam o jogo Brasil x Venezuela, pela Copa América, e tiravam fotos para registrar a visita à residência oficial do governador.

Para conceder o que os professores querem, a Secretaria de Estado da Educação terá que tirar recursos da infraestrutura escolar. O secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, confirmou que terá que reformular todos os seus planos, programas e projetos para enfrentar a nova realidade financeira.





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 04/07/11
Assunto: Nova proposta é apresentada		Página: 12

Nova proposta é apresentada

Governo oferece aumento de valores da regência de classe já para mês que vem

O compromisso de recompor parte dos valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base –, a partir de 2011, foi reconhecido como um avanço pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). A proposta foi apresentada, ontem, pelo governador Raimundo Colombo, em uma reunião extraordinária na Casa da Agrônômica, em Florianópolis, que contou com a presença do grupo gestor – formado pelos principais secretários de Estado.

Para atender a um pedido do Sinte e deixar a semana encaminhada, partiu do governador a proposta do encontro deste domingo. E foi ele quem falou na maior parte dos 60 minutos de reunião. Foi ele quem apresentou a proposta, que aumenta os valores da regência de classe a partir de agosto.

Elas passariam de 25% para 30% para professores de 1º a 5º ano e de 17% para 20% de 6º a 9º ano do fundamental e para professores do ensino médio. Os percentuais antigos, de 25% e

40% sobre o salário, seriam pagos a partir de janeiro de 2012.

A regência e a tabela salarial foram os principais impasses que levaram a greve a completar, hoje, 48 dias. Os professores pedem a recomposição dos percentuais ainda em 2011, mas o governo alega que não tem dinheiro.

Com a nova proposta, o governo afirma que serão gastos cerca de R\$ 27,5 milhões a mais por mês, R\$ 5 milhões acima do previsto com a proposta anterior. Com a recomposição integral dos índices pedida pelos professores, seriam cerca de R\$ 33 milhões. A maior parte do dinheiro virá dos recursos destinados à educação. Serão economizados investimentos em infraestrutura e material escolar, por exemplo.

Os encaminhamentos foram colocados em um documento, assinado pelo secretário da Educação, Marco Tebaldi, e secretário-adjunto, Eduardo Deschamps – também presentes no encontro. A coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, admitiu que houve uma evolução grande.

A proposta apresentada ontem será encaminhada para as assembleias regionais, marcadas para hoje e amanhã. A assembleia estadual ficou para quarta-feira. Nela, os professores podem votar pelo fim da greve.



Grevistas continuam acampados

Nem as baixas temperaturas do fim de semana fizeram os professores desistirem do acampamento em frente à Secretaria da Educação, no Centro da Capital, como forma de pedir o piso salarial e a manutenção das gratificações. “O nosso propósito é bem maior do que o vento”, afirma uma das coordenadoras do acampamento, Elivane Secchi.

E o vento não tem dado tré-gua. Na madrugada de sábado para domingo, chegou a arrancar duas barracas e prejudicou o sono dos 28 acampados, que vieram de todo o Estado.

Mas, se o clima não ajuda, os professores garantem que as pessoas tem sido bem solidárias à causa da greve. “Há quem traga cobertor e os comerciantes daqui

de perto trazem café. Os próprios funcionários da Secretaria têm nos dado muito apoio”, explica Secchi. Para garantir a segurança, um guarda fica no acampamento durante a noite.

Além do protesto na Secretaria de Educação, cerca de 20 educadores da região de Itajaí estavam alojados diante da Assembleia Legislativa até a noite de ontem.

O impasse

■ Em julho de 2008, é aprovada a lei que estipula piso nacional do magistério para o ensino básico. O professor de nível médio, com 40 horas semanais, tem um valor mínimo de remuneração, à época, de R\$ 950. Em 2011, o valor é atualizado para R\$ 1.187. Em 2012, haverá um novo reajuste

■ Santa Catarina e mais quatro Estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – entram, em julho de 2008, com uma ação questionando a constitucionalidade da lei. Os Estados conseguem uma liminar no STF para não pagar o piso nacional. Pela decisão temporária, piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário-base.

■ 6 de abril deste ano, o STF julga o mérito, derruba a ação e entende que piso é vencimento inicial. Desde então, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação pede o cumprimento da lei.

■ 11 de maio, professores decidem entrar em greve, em assembleia estadual. Uma semana depois, as atividades são paralisadas nas escolas.

■ 23 de maio, governo edita medida provisória para pagar R\$ 1.187 a quem ainda não recebia isso no salário-base. Mantém o pagamento da regência de classe e do Prêmio Educar. Professores consideram que houve achatamento salarial e desrespeito à progressão na carreira e rejeitam.

■ 2 de junho, o governo apresenta outra proposta, com reajuste para os

66 mil professores da rede. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.190. O governo extingue o Prêmio Educar e diminui a regência de classe para 15%

■ 6 junho, governo apresenta outra proposta. Muda os valores da regência de classe: a gratificação de 40% passa ser 25%, e a de 25% passa a ser de 17%. Assembleias regionais dos professores rejeitam a proposta. Não é marcada assembleia estadual.

■ Em 15 de junho, governo anuncia que esta proposta será encaminhada para Assembleia Legislativa.

■ Sem perspectiva de fim de greve e com pressão dos professores sobre os deputados, as negociações recomeçam nesta semana. Na sexta-feira passada, governo bate martelo quanto aos valores da regência: voltarão aos valores antigos em janeiro de 2012. Categoria não aceita e Estado promete estudar a possibilidade de chegar ainda neste ano, em parcelas, aos valores antigos da gratificação.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 04/07/11
Assunto: Greve a um passo do fim		Página: 06

Greve a um passo do fim

O que falta para o fim da greve dos professores estaduais? Depois da reunião convocada ontem pelo governador Raimundo Colombo será difícil explicar aos pais e alunos por que a greve não termina. O encontro extraordinário levou para a Casa d'Agrônômica, residência do governador, os secretários envolvidos na negociação e o comando de greve dos professores. Num esforço para resolver o impasse, o governo chegou a uma nova proposta, que não atende exatamente ao que espera a categoria, mas é um avanço.

São 47 dias de greve. O ano letivo comprometido. Aprendizado prejudicado. Poucas vezes se viu um movimento tão coeso. De início, praticamente todas as escolas pararam. Também é verdade que em nenhum momento o governo se negou ao diálogo. Esteve aberto constantemente à negociação. Quando anunciou medidas punitivas, o governo não fechou as portas. Apenas cumpriu seu papel.

Até aqui, o governo sempre deu o primeiro passo para o entendimento. Desta vez, cabe ao Sindicato dos Professores pôr um fim no movimento que se arrasta, com desgato para os dirigentes e grevistas. Aos poucos, algumas escolas voltam às atividades normais, demonstrando que já não há a mesma adesão ao movimento.

Pais e alunos esperam ansiosos que a greve seja encerrada, com a volta imediata às aulas e reposição dos dias perdidos. É difícil recuperar as perdas pedagógicas e também compensar os transtornos causados às famílias. Cada parte envolvida nesse processo deve arcar com suas perdas, o lado mais fraco, os alunos, não têm com quem negociar, apenas esperam.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 4/7/11
Assunto: Magistério - Sinte reconhece avanço na proposta do governo		Página: 4 e 5

MAGISTÉRIO

Sinte reconhece avanço na proposta do governo

Em reunião ontem à tarde, Raimundo Colombo propôs recomposição da regência de classe

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O compromisso de recompor parte dos valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base –, já a partir de 2011, foi reconhecido como um avanço pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte).

A proposta foi apresentada, ontem, pelo governador Raimundo Colombo, em uma reunião extraordinária na Casa d'Agrônoma, em Florianópolis, que contou com a presença do grupo gestor – formado pelos principais secretários de Estado.

Para atender a um pedido do Sinte e deixar a semana encaminhada, a iniciativa de marcar o encontro durante o jogo do Brasil contra a Venezuela, na Copa América, partiu do governador, que falou na maior parte dos 60 minutos de reunião.

Foi ele quem apresentou a proposta, que aumenta os valores da regência de classe a partir de agosto. Os índices passariam de 25% para 30% para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental, e de 17% para 20% para os docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do

fundamental. Os percentuais antigos, de 25% e 40% sobre o salário, seriam pagos a partir de janeiro de 2012.

A regência e a tabela salarial foram os principais impasses que levaram a greve a completar, hoje, 48 dias. Os professores pedem a recomposição dos percentuais ainda em 2011, mas o governo alega que não tem dinheiro.

Grupo de trabalho começa a se formar

Com a nova proposta, o governo afirma que serão gastos cerca de R\$ 27,5 milhões a mais por mês, R\$ 5 milhões acima do previsto com a proposta anterior. Com a recomposição integral dos índices pedida pelos professores, seriam cerca de R\$ 33 milhões mensais a mais.

A maior parte do dinheiro virá dos recursos destinados à educação. Serão economizados investimentos em infraestrutura e material escolar, por exemplo.

– Não há mais motivo para os professores continuarem em greve. Esta é a nossa proposta final. A situação exige amadurecimento dos dois lados – ressaltou o governador.

O grupo de trabalho para discutir a recomposição da tabela salarial começou a ganhar

forma. Ele será composto pelos secretários da Fazenda, Ubiratan Rezende, e Administração, Milton Martini, e o procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, além do representante da área. Este mesmo grupo vai se reunir com outros setores do Estado. Foi pedido ao sindicato uma lista de quatro nomes para a comissão, que começa a se reunir na quarta-feira.

– Este grupo não é exclusivo da Educação. Os representantes por parte do governo estão definidos, mudando apenas o especialista da área – explicou Colombo.

Os encaminhamentos foram colocados em um documento, assinado pelo secretário da Educação, Marco Tebaldi, e o secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, também presentes no encontro de ontem à tarde.

A coordenadora do Sinte, Alvetete Bedin, admitiu que houve uma evolução grande.

– Evoluímos muito comparado com o que foi apresentado na sexta-feira – disse Alvetete.

Sobre o grupo de trabalho, ela alertou que, se ele não funcionar, pode haver nova greve.

A proposta de ontem será encaminhada às assembleias regionais, marcadas para hoje e amanhã. A assembleia estadual, que pode decidir o futuro da greve, ficou para quarta-feira.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 4/7/11
Assunto: Magistério = Sinte reconhece avanço na proposta do governo		Página: 4 e 5

O impasse

2008

- **Julho** – É aprovada a lei que estipula piso nacional do magistério para o ensino básico. O professor de nível médio, com 40 horas semanais, tem um valor mínimo de remuneração, à época, de R\$ 950. Em 2011, o valor é atualizado para R\$ 1.187. Em 2012, haverá um novo reajuste

- **Julho** – SC e mais quatro estados – CE, MS, PR e RS – entram com uma ação questionando a constitucionalidade da lei. Os estados conseguem uma liminar no STF para não pagar o piso nacional. Pela decisão temporária, piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário-base.

2011

- **6 de abril** – O STF julga o mérito, derruba a ação e entende que piso é vencimento inicial. Desde então, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação pede o cumprimento da lei.

- **11 de maio** – Professores decidem entrar em greve, em assembleia estadual. Uma semana depois, as atividades são paralisadas nas escolas.

- **23 de maio** – Governo edita medida provisória para pagar R\$ 1.187 a quem ainda não recebia isso no salário-base. Mantém o pagamento da regência de classe e do Prêmio Educar. Professores consideram que houve achatamento salarial e desrespeito à progressão na carreira e rejeitam.

- **2 de junho** – Governo apresenta outra proposta, com reajuste para os 66 mil professores da rede. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.190. O governo extingue o Prêmio Educar e diminui a regência de classe para 15%

- **6 junho** – Governo apresenta outra proposta. Muda os valores da regência de classe: a gratificação de 40% passa ser 25%, e a de 25% passa a ser de 17%. Assembleias regionais dos professores rejeitam a proposta. Não é marcada assembleia estadual.

- **15 de junho** – Governo anuncia que esta proposta será encaminhada para Assembleia Legislativa.

- **Semana passada** – Sem perspectiva de fim de greve e com pressão dos professores sobre os deputados, as negociações recomeçam. Na última sexta-feira, governo bate martelo quanto aos valores da regência: voltarão aos valores antigos em janeiro de 2012. Categoria não aceita e Estado promete estudar a possibilidade de chegar ainda neste ano, em parcelas, aos valores antigos da gratificação.

Agenda

HOJE E AMANHÃ
• **Assembleias regionais**

QUARTA-FEIRA
• **Assembleia estadual**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 4/7/11
Assunto: Magistério = Sinte reconhece avanço na proposta do governo		Página: 4 e 5

Pais pedem intervenção

Os pais de alunos de escolas estaduais cansaram de ver os filhos sem aulas e garantem entrar amanhã com representação na Promotoria de Infância e Juventude no Ministério Público (MP), pedindo o fim da greve.

A iniciativa foi de pais do Instituto Estadual de Educação (IEE), em Florianópolis. Mas, segundo um dos organizadores da comissão de pais pró-finalização da greve, Aurélio Pereira, a medida já tem o apoio de 15 pais, da Capital e também de Criciúma e Blumenau.

– Como responsáveis, é obrigação nossa intervir. Ir à escola é um direito que está garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente e que não vem sendo cumprido – destaca Aurélio.

Ele considera que o ensino da rede pública no país já está ruim, precisando de uma reestruturação

e que os alunos saem ainda mais prejudicados com a greve.

Pai de um adolescente e avô de quatro crianças, Aurélio lamenta o que os estudantes têm deixado de aprender com a paralisação, e destaca a ansiedade, que já dura 48 dias, pela volta das aulas. Ele diz que os alunos não podem mais ser atingidos pelo que chama de “incompetência” do governo do Estado em negociar e nem pelo “radicalismo” do sindicato.

O advogado Carlos Danilo Moreira Pires – que vem assessorando os pais nos processos junto ao MP e tem dois filhos no IEE – explica que, em um primeiro momento, deve-se pedir pela volta imediata das aulas. Para ele, há também uma perda financeira para as famílias com a greve, que pagam

para alguém ficar com os filhos em casa ou deixam de trabalhar para cuidar das crianças. Depois, a comissão de pais vai analisar, ainda, a reposição das aulas.

– Os professores não podem fingir que repõem e o governo aceitar. Tem que ter qualidade no que é apresentado – afirma.

De acordo com Pires, se for considerado que as aulas não terão reposição adequada, há a possibilidade de uma segunda ação no MP.

– Acredito na escola pública. Mas é importante dizer “chega”. Já pagamos uma conta muito alta.

Os pais vêm discutindo a intervenção do judiciário desde quarta-feira. O processo pedindo o fim da greve deve ser apresentado hoje à comissão de pais.



Aurélio

DANIEL KONZL, BD, 01/07/2011

48

é o número de dias que a paralisação, iniciada em 18 de maio, já alcançou no Estado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 4/7/11
Assunto: Magistério = Sinte reconhece avanço na proposta do governo		Página: 4 e 5

Acampados desafiam frio

GABRIELLE BITTELBRUN

28
professores estão no acampamento montado em frente à secretaria na terça-feira passada.

Nem as baixas temperaturas do fim de semana fizeram os professores desistirem do acampamento em frente à Secretaria da Educação, no Centro da Capital, como forma de reivindicação.

– O nosso propósito é bem maior do que o vento – afirma uma das coordenadoras do acampamento, Elivane Secchi.

E o vento tem sido impiedoso. Na madrugada de domingo, chegou a arrancar duas barracas e prejudicou o sono dos 28 acampados, que vieram de todo o Estado. Mas, se o clima não ajuda, os professores garantem que as pessoas têm sido bem solidárias à causa da greve.

– Há quem traga cobertor e os

comerciantes daqui de perto trazem café. Os próprios funcionários da secretaria têm nos dado muito apoio – explica Elivane.

O acampamento – que chegou a abrigar 47 professores – é equipado com televisores, computadores e lanternas. Os acampados tomam banho no alojamento do Sinte, na Associação Casa do Professor e nos banheiros cedidos em hotéis próximos à secretaria.

Para garantir a segurança, um guarda fica no acampamento durante a noite. Quando ele vai embora, por volta das 6h, os educadores começam a rotina que vai de manifestações e paródias para chamar a atenção dos pedestres sobre as reivindicações salariais, até sessões de música e piada.

– Já participei de várias greves. Mas esta, parece que ainda estamos no começo, é muito forte a nossa motivação – enfatiza a supervisora de escola Josefina Silva Boscia, que veio de Joaçaba, no Meio-Oeste.

Os professores ressaltam a intenção em repor as aulas depois do fim da greve e estão esperançosos em ter os pedidos atendidos pelo governo. Até lá, afirmam ter a estrutura necessária. Mas reconhecem uma dificuldade:

– O pior é a saudade de casa – confessa o professor João Gabriel Rempel, que deixou mulher e filhos na região de Maravilha, no Oeste.

Além deste acampamento, 20 professores da região de Itajaí estavam alojados diante da Assembleia Legislativa até a noite de ontem.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 4/7/11
Assunto: Na Agrônômica/O apelo		Página: 8

Na Agrônômica

Decisão do governador Raimundo Colombo e seu grupo gestor se reunirem com o Sinte, que representa os professores em greve há 48 dias, ontem, na Casa d'Agrônômica, foi tomada no sábado.

A possibilidade de ser parcelado o valor da regência de classe, que passaria, já no mês que vem, dos 17% e 25%, previstos de forma inicial na medida provisória enviada pelo governo à Assembleia Legislativa, para 20% e 30%, respectivamente, até chegar em janeiro próximo, nos 25% e 40%, é um avanço.

O apelo

O secretário de Administração, Milton Martini, que participou da reunião com o Sinte, disse que o ponto alto foi o gesto do governador Raimundo Colombo conversar com os representantes dos professores em greve. Um gesto que não pode ser ignorado pelo magistério.

Em um conversa considerada tranquila e serena pelo governo, Colombo fez um apelo em respeito aos pais e ao alunos e afirmou que a nova proposta ultrapassa os limites do governo para terminar com a greve do magistério.

ADENDO

◆ Se fechado o acordo pelo fim da greve, professores e governo têm a grande chance de saírem bem menos chamuscados.

◆ Pais de alunos da rede estadual de ensino também querem garantias de que as aulas serão repostas de maneira correta. Nada de festa julina para valer como dia letivo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 04/07/11
Assunto: Pelo fim da greve		Página: 02

Pelo fim da greve

Claro que os professores estão exigindo uma conquista que obtiveram com muita luta e imposição, ou seja, a regência de classe que foi suprimida nas negociações para atender o piso. Bateram o pé até que o governo decidiu retomá-la. Na reunião com o governador ontem na Agrônômica, que teve a presença do secretário da Educação, Marco Tebaldi, houve um avanço reconhecido pelos professores, que saíram dali para analisar a



proposta e colocá-la terça ou quarta para avaliação da assembleia geral. A meta do governo é retomar o mais rápido possível às aulas e a expectativa é de que aconteça esta semana. A regência de classe teve aumento a partir do mês chegando a um reajuste de 40% em janeiro de 2012. As gratificações por aula excedente também foram reajustadas a partir de agosto alcançando a integralidade no ano que vem. Ajustes em doses homeopáticas. Por quê? É uma forma de evitar um impacto na folha, pois a regência representa hoje R\$ 18 milhões mensais. Foi a proposta. Um avanço, embora referente a um direito adquirido, mas vale o bom-senso diante de um dos maiores prejudicados nesse embate, apesar de necessário, que é o aluno. O ex-ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que morreu na semana passada sempre dizia que "o foco da educação é o aluno e não os sindicatos de professores." O cuidado é de não transformar essa justa luta em prejuízos, já sinalizados, ao aluno. Numa negociação não é demérito ceder para avançar lá na frente, pois o contrário vira radicalização e perde o apoio popular. Chegou o momento de acrescentar e depositar um pouco de confiança, pelo menos por um governo que conversa e não vira às costas...

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 04/07/11
Assunto: Fato		Página: 02

Fato

Dias atrás a deputada Angela Albino sublinhou que o problema do Fundeb é de gestão. Ou seja, a Secretaria da Educação não está sabendo aplicar e gerenciar os recursos destinados ao segmento. Na semana passada o deputado Valmir Comin, diante do relatório do Dnit sobre a duplicação da BR 101-Sul também atribuiu os atrasos a problemas de gestão. Ou seja, gestão nunca foi o forte do setor público, onde os custos de obras se tornam faraônicos e de qualidade discutível e muitas vezes ficam no meio do caminho.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 02 e 03/07/11
Assunto: Governo investe R\$ 16 mi		Página: 12



Investimentos. Secretário da Educação, Marco Tebaldi, no Oeste do Estado

Governo investe R\$ 16 mi

FLORIANÓPOLIS — O Secretário da Educação Marco Tebaldi visitou as obras em andamento e terrenos onde serão construídas novas escolas nos municípios do Extremo-oeste. Tebaldi integrou a comitiva do governador Raimundo Colombo que leva o governo até os municípios.

O investimento da Secretaria da Educação nas secretarias regionais de Itapiranga, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e São Lourenço do Oeste é de R\$ 16.911.104,13 entre novas unidades, reformas e ampliações.

Em Itapiranga vai ser construída a nova

sede da Escola de Educação Básica São Vicente. A obra está em licitação e representa um investimento de R\$ 4.642.905,94, recursos provenientes do convênio com o MEC. Tebaldi esteve com o governador em São Miguel do Oeste, onde visitaram o Cedup Getúlio Vargas e Escola São Miguel que vai receber reforma para sediar ensino médio integral.

Neste município os investimentos do governo são de R\$ 164.389,02 em projetos para reforma e adequação de escolas e mais R\$ 1.279.814,91 para reforma e ampliação do Cedup Getúlio Vargas.



OBRAS

Secretário da Educação visitou o Oeste durante a semana com a comitiva do governador



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 2/7/11
Assunto: Acordo fechado entre os poderes/E a greve		Página: 8

Acordo fechado entre os poderes

O Executivo fechou o acordo com os demais poderes, Legislativo e Judiciário, e instituições com autonomia financeira, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e a Udesc. Pelo que ficou definido, os percentuais atuais do repasse do duodécimo serão compensados após a retirada do Fundeb da base de cálculo da Receita Líquida Disponível, mas não no total.

O governo do Estado contará, a partir do ano que vem, com mais de R\$ 90 milhões por ano para utilizar em investimentos e pagamento de salários. Seriam mais de R\$ 300 milhões se não houvesse a repactuação, o que geraria uma crise institucional de proporção

imprevisível e histórica.

Assim, os movimentos dos últimos dias, que envolveram o governador Raimundo Colombo; o presidente do TJ, desembargador José Trindade dos Santos; e da Assembleia, deputado Gelson Merisio, além das respectivas equipes técnicas, tiveram eco no Centro Administrativo. No futuro, ainda pelo acordo, haverá uma compensação do valor que deixará de ser repassado nos percentuais.

O corte nos índices teve repercussão certa nos poderes, que relataram perdas irreparáveis com a retirada do Fundeb da base de cálculo.

No Judiciário, havia a ameaça de fechamento de parte das 111 varas e

de consequente diminuição do ritmo de julgamento das mais de 2 milhões de ações que tramitam no Estado. No início da semana, um encontro de líderes dos partidos na Assembleia e do presidente da casa definiu a retirada do Fundeb da base de cálculo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem por Decreto Legislativo, em plena discussão da matéria no parlamento. Os novos índices de repasses não foram revelados.

O assunto ganhou contornos mais graves por interpretação equivocada. A sociedade chegou a acreditar que os recursos do Fundeb compunham os percentuais repassados, o que, na verdade, não procede.

E a greve

Cenas de um filme *remake*, na versão mais recente, compuseram o processo de negociação entre Secretaria da Educação e o Sinte, ontem à tarde. O governo manteve a posição de negociar a regência de classe a partir de 2012, a categoria chiou e ensaiou uma volta ao passado.

Quando o secretário adjunto Eduardo Deschamps deixou o gabinete, houve a famosa tática do daqui não saio, daqui ninguém me tira. Tudo terminou bem, com a desocupação da sala pelos diretores de um sindicato que quer negociar. Grevistas e governos devem ter percebido que já há pais de alunos dispostos a entrar na Justiça para garantir as aulas. Daí.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 4/7/11
Assunto: Paciência		Página: 31

Paciência

Os pais perderam a paciência. Começam a semana com mobilização junto à Justiça e ao governo para tentar acabar com a greve dos professores. Os alunos também entraram na irritabilidade e insegurança. Os concluintes do ensino médio correm o risco de não participar dos vestibulares de fim de ano.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 3/7/11
Assunto: Colombo & Colombo		Página: 47

Colombo & Colombo

Existe uma máxima, não desmentida em momento algum, de que o brasileiro tem memória curta. Curta, não, curtíssima, pois o passado já foi esquecido, do presente sabe apenas rapidamente, e, no futuro, tudo o que atualmente estiver acontecendo ou será esquecido ou será embaralhado. Pois pensando assim, leitor da coluna, que tem boa memória, sendo, assim, um dos raros que se lembra do passado, está preocupado quando, daqui a 15 anos, mais ou menos, o ex-governador Colombo Salles for confundido com o Colombo de hoje e receber a pecha de ter sido o responsável pela greve dos professores, que, decorridos mais de 40 dias, ainda não tem uma solução.

A história, diz o leitor, deve ser bem contada, para que quando o assunto surgir, as distinções sejam feitas. Afinal, um nome raro como Colombo, com dois governadores batizados assim, poderá causar dúvida aos jovens do futuro.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 4/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Uma semana decisiva

O governador Raimundo Colombo coordenou pessoalmente a reunião com o comando de greve dos professores na Casa d'Agrônômica. Encontro testemunhado pelo vice Eduardo Moreira e secretários que integram o grupo gestor. De acordo com os professores, 98% da apresentação da proposta foi conduzida pelo próprio governador, que revelou domínio da situação financeira do Estado e da educação.

A proposta melhorou em relação à medida provisória 189, que está na Assembleia. O comando de greve fez avaliações logo após a reunião e agora vai submetê-las às assembleias regionais e, depois, à assembleia estadual.

Dois são os cenários previsíveis nesta paralisação que hoje entra no 48º dia consecutivo: os professores decidem retornar às aulas, com direito a múltiplas comemorações; ou mantêm a greve, com riscos de fragilidade do movimento ou perda gradativa de sustentação política.

Na primeira projeção, os professores podem festejar as seguintes conquistas históricas: 1) Piso salarial para quem recebia de vencimento básico até R\$ 1.187; 2) Garantia de manutenção integral da regência de classe nos níveis atuais de 25% e 40%, a partir de janeiro; 3) Segurança de recomposição das gratificações por aulas excedentes, também em 2012; 4) Recuperação parcial das gratificações por regência em agosto; 5) Incorporação do Prêmio Educar, que melhora a remuneração e representa mais garantias para os que estão próximos da aposentadoria; 6) Incorporação do prêmio assiduidade, que também oferece mais estabilidade financeira; 7) Início de estudos para implantação do piso na carreira do magistério; 8) Ganhos políticos importantes, como anistia da greve de 2008, compromisso de autonomia para as direções das escolas, volta da progressão funcional.

E, sobretudo, os ganhos jamais vistos em greves anteriores, com o conhecimento pelo próprio magistério e pela sociedade de uma realidade triste e dramática. Problemas sobre aplicação dos 25% do orçamento; falta de transparência na aplicação dos recursos; uso do Fundeb para cálculo da receita líquida; compras desnecessárias; vale alimentação ridículo de R\$ 6; licitações suspeitas; falta de manutenção nas escolas; e uma infinidade de deficiências. Tudo tornado público pela singular mobilização.

UNIDADE

Acima de todos os diagnósticos sobre a educação catarinense, a greve fermentou uma unidade política do magistério jamais vista em Santa Catarina. Cresceu em legitimidade pela ausência de interferências partidárias ou ideológicas. E, se não forem fragilizadas estas condições, os professores estarão virando uma página na educação pública.

O outro cenário poderá ter consequências imprevisíveis. Os professores lutaram pela aplicação do piso na carreira, é verdade. E não apenas para os níveis mais baixos. Mas o governo nunca admitiu esta possibilidade financeira. Estouraria a caixa do Tesouro, repetiram Raimundo Colombo e seus secretários. Fica o compromisso de realizar esta meta a prazo mais longo, embora sem definição clara agora.

Se permanecer parado, o magistério correrá o risco de transmitir para pais de alunos e a comunidade a imagem de intransigência. Há, também, a ameaça clara de divisão do movimento. Se ocorrer, aí sim, os prejuízos serão muito maiores para o próprio ensino público. Sem falar na hipótese de perda de respaldo na Assembleia. Os deputados, diga-se, têm sido aliados estratégicos dos professores.

A missão mais difícil desta novela está, assim, outorgada agora aos líderes do movimento. O próprio futuro do Sinte, que se agigantou nesta greve, estará em julgamento esta semana.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 3/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Discreto avanço

A greve dos professores esteve muito próxima de uma ruptura política de consequências imprevisíveis. Como não tiveram resposta positiva do governo em relação ao pagamento integral da gratificação por regência de classe este ano, o comando de greve e o Sinte decidiram ocupar a sala de reuniões do gabinete do secretário Marco Tebaldi. Ficaram ali durante horas, enquanto o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, ouvia o governador Raimundo Colombo e o secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, sobre a nova situação. A Polícia Militar chegou a ser acionada e estava pronta para intervir, caso fosse necessário, para garantir a ordem e desocupar o prédio.

Para o bem da educação e do Estado, o secretário Eduardo Deschamps assumiu compromisso, autorizado pelo governador, de estudar, já na segunda-feira, o pagamento integral da regência, ainda que de forma parcelada. Não era o que os professores reivindicavam. Eles consideram a regência uma conquista histórica e sobre ela não admitem qualquer conversa. Foi instituída há mais de 30 anos pelo governador Jorge Bornhausen, apelidada de pó de giz, e constitui um incentivo definitivo ao ensino.

O governo alega que reduziu a gratificação por regência por conta das negociações com o Sinte quando surgiu o impasse da primeira medida provisória (188), que garantiu o piso para os vencimentos abaixo de R\$ 1.187, mas achatou terrivelmente a tabela. A recomposição, acertada nas negociações entre Deschamps e o comando de greve, foi refugada nas assembleias regionais. A nova medida provisória (189), também imposta, como a primeira, aos professores, recebeu um bombardeio justamente porque melhorava os níveis salariais da carreira, mesmo sem aplicar integralmente o piso, mas reduzia a regência para 17% e 25%. Os professores continuaram na mesma posição: a regência é intocável.

A Assembleia Legislativa entrou no processo. Autorizado pelos líderes partidários, o presidente Gelson Merisio procurou intermediar uma solução. Naquele momento, era fundamental a reabertura das negociações. Ela veio com uma nova reunião entre o secretário adjunto e o comando da greve.

Os professores reiteraram seus pleitos.

IMPASSE

Mais dias perdidos, mais dramas nas escolas, mais problemas para milhares de famílias cujos filhos dependem do ensino e para um número respeitável de estudantes que está na última série e vive o sonho de ingressar na universidade. A intermediação legislativa fracassou. Da mesma forma que os esforços do líder do governo, Elizeu Mattos, do PMDB, também não tiveram sucesso.

O aliado do PMDB desistiu das negociações e voltou para a região serrana, declarando-se frustrado e também desiludido com os professores, que o vaiaram nas galerias. O correligionário liberal viajou para o Oeste, desligando-se do processo, também desencantado com reações internas no governo que impediam o acordo para o fim da greve. A decisão dos 14 professores, de ocupação física do gabinete do secretário da Educação, foi um equívoco. Se permanecesse, abriria uma fragilidade política, com o risco de perder o massivo apoio da comunidade e dos pais dos alunos. Prevaleceu o bom senso, a desocupação aconteceu em seguida e as negociações vão prosseguir, como deseja a esmagadora maioria dos professores. A próxima semana será, assim, decisiva para o governo, para o magistério e para a educação. Os professores estão indignados com equívocos governamentais, outros, exaustos, um grupo ainda maior ansioso para retornar às salas de aula. Por todos os indicativos, apenas uma minoria aposta na radicalização.

O governo tem também agora todas as condições de esticar um pouco mais a corda e encerrar este ciclo. SC inteira exige uma solução que, no mínimo, evite novos e gigantescos prejuízos a todos.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/7/11
Assunto: De novo – Reunião não acaba com a greve		Página: 18

DE NOVO Reunião não acaba com a greve

Governo e professores não entram em acordo e alunos continuam sem aulas na rede estadual. Segunda-feira, outro encontro

JULIA ANTUNES LORENÇO

Depois de mais uma vez as negociações entre Estado e professores emperrarem nos valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base –, o governo prometeu estudar a possibilidade de voltar aos percentuais antigos, de forma parcelada, ainda neste ano.

A posição inicial era de que a gratificação só seria recomposta em janeiro de 2012, o que desagradou aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), durante reunião que ocorreu na Secretaria da Educação, em Florianópolis.

A regência de classe era de 40% para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental e passou para 25% do salário-base. Para docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do fundamental, que ganhavam 25%, ficaram com 17%. Apesar de ter aceitado analisar o parcelamento da recomposição desses valores, ainda para este ano, o secretário adjunto, Eduardo Deschamps, não sabe se isso é possível e nem quando dará um retorno. A expectativa é de que na segunda-feira já se tenha uma resposta.

– Não tenho como adiantar essas duas coisas. Isso precisa ser estudado. Aceitamos analisar porque a posição do governo é de manter o diálogo – observa Deschamps.

Com a última proposta apresentada pelo governo, serão gastos R\$ 22 milhões a mais por mês. Isto daria, por ano, cerca de R\$ 300 milhões. Com o compromisso de retornar aos valores antigos da regência de classe em 2012, o governo gastará R\$ 200 milhões anuais a mais.

– Para 2012, serão gastos a mais R\$ 500 milhões. Isso foi um comprometimento do governador (Raimundo Colombo), que já pediu para que no orçamento de 2012 estas despesas estejam incluídas – explica Deschamps.

Outro ponto é a recomposição da tabela salarial, que foi alterada. O governo, novamente, não apresentou prazos para fazer isso. De acordo com Deschamps, isso levaria tempo e precisaria de um grupo de trabalho. Foi sugerido que a primeira reunião desta comissão seja no dia 6.

Deschamps não sabe ainda se haverá mudanças no texto da medida provisória, que tramita na Assembleia Legislativa e será substituída por um projeto de lei complementar, a pedido dos deputados.

– Vamos aguardar o posicionamento do governo para enviar a proposta para a categoria votar – disse a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/7/11
Assunto: De novo – Reunião não acaba com a greve		Página: 18

Estado entra com recurso

A Procuradoria Geral do Estado protocolou, ontem, um recurso no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) contra a decisão do juiz Hélio do Valle Pereira para que não sejam mais descontados os dias parados dos professores em greve. O juiz também determinou que seja rodada, até segunda-feira, uma folha suplementar pagando o que foi descontado até então – de 19 de maio a 10 de junho.

A posição do governo é de que o

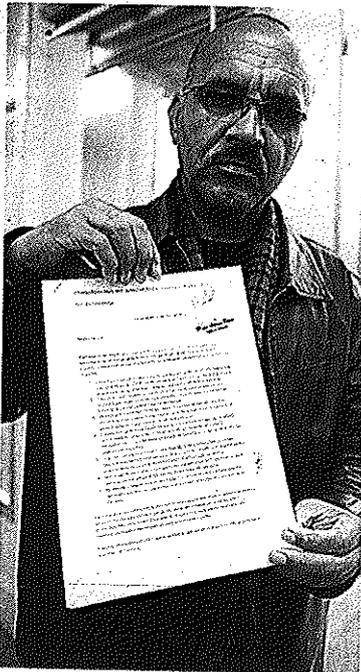
pagamento dos salários aos grevistas pode prejudicar os alunos, porque ainda não há um entendimento sobre a reposição das aulas.

– O governo, como gestor público, é obrigado a recorrer quando se tem uma ação contra ele. E foi isso o que ele fez – ressaltou o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps,

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), que ingressou com a ação, pedindo para que não

houvesse mais os descontos, argumenta que reposição de aulas faz parte das negociações, discutidas ao fim de uma greve.

Como o recurso do Estado ainda não foi julgado e ele não tem efeito suspensivo, o governo ainda precisa pagar o que foi descontado dos professores até segunda-feira. Apenas se o TJSC aceitar o recurso do Estado ainda na segunda não será preciso rodar a folha suplementar.



DANIEL KONZI

Aurélio Pereira, cansado da greve

Pais vão à Justiça pedir fim

Sem perspectivas para o fim da greve, que completa hoje 46 dias, pais de alunos do Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, irão entrar com uma representação no Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) contra governo e Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). Eles pedem o retorno imediato das aulas e prometeram, na segunda-feira, entregar o documento na Promotoria da Infância e Juventude do MPSC.

Os 10 pais, que formam a comissão pelo fim da greve, argumentaram que cansaram de esperar uma solução para o impasse e que a educação é um direito garantido pela Constituição.

– Foram tantas reuniões, tantas assembleias, tanta expectativa de que essa greve acabaria que até ago-

ra esperamos. Mas chega! – ressaltou Simone Maria Batista, mãe de dois alunos da rede estadual.

Aurélio Pereira disse estar cansado de ver o filho e os netos, matriculados na rede estadual, na frente do computador ou jogando bola. Para ele, governo e professores esqueceram o lado mais prejudicado da greve, que são os alunos.

O pai João Carlos dos Santos também está preocupado com as filhas. A mais velha está no terceiro ano e vai tentar vestibular para o curso de Direito. Já a mais nova tem se mostrado irritada e incomodada com a situação.

Todos ainda se perguntam como será a reposição de aulas. Eles prometem ficar atentos e acompanhar se haverá recuperação do conteúdo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 02 e 03/07/11
Assunto: Sem acordo, greve continua		Página: 11

Sem acordo, greve continua

Magistério. Após seis horas de negociações, professores não aceitam proposta do governo

FLORIANÓPOLIS — Alunos da rede estadual de ensino terão que esperar mais um tempo para voltar às aulas porque o comando de greve não aceitou nova proposta do governo de recompor a regência de classe a partir de janeiro do ano que vem.

“O governo vai responder até segunda-feira a proposta de rever o parcelamento da regência ainda este ano”. Essa foi a última declaração dada à imprensa pela coordenadora do Sinte, Alvetete Bedin, às 19h30 de sexta-feira, depois de quase seis horas de reunião no gabinete do secretário da Educação.

Por volta das 17h, o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, saiu da reunião e foi até o Centro Administrativo para conversar com o governador Raimundo Colombo. Depois do encontro ele revelou que o governador está muito preocupado com a situação porque mais uma vez não se chegou a um acordo e ao fim da greve, que dura um mês e meio e já é um dos movimentos mais longos da história. “Não existe negociação mais difícil do que aquela em que o outro lado pede o que não se pode dar”, lamentou Deschamps em entrevista na sala de imprensa do Centro Administrativo.

Quando ele retornou à Secretaria de Educação, o prédio estava cercado por viaturas da Polícia Militar. “Nós já estávamos acompanhando o movimento”, assegurou o tenente-coronel Araújo Gomes, comandante do 4º Batalhão. Não foi preciso desocupar o prédio porque o comando de greve deixou o gabinete assim que a reunião acabou.

“
Não existe
negociação
mais difícil
do que
aquela em
que o outro
lado pede o
que não se
pode dar.”

”
**EDUARDO
DESCHAMPS,**
SECRETÁRIO-
ADJUNTO DA
EDUCAÇÃO



Regência custaria mais R\$ 16 milhões

A promessa do governo do Estado de voltar a pagar a regência de classe integral a partir de janeiro de 2012, recusada pelos professores grevistas, que pedem o ajuste já para este ano, custaria aos cofres do governo, segundo o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, mais R\$ 16 milhões por mês, além dos R\$ 22 milhões que é o custo da última proposta oficial.

Além de prometer pagar a regência integralmente a partir de janeiro de 2012, o governo estadual anunciou com a possibilidade de formar um grupo de trabalho para discutir com o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) a recomposição da tabela salarial.

“Seis meses seria o tempo que o governo teria para identificar de onde sairia o dinheiro para pagar a regência”, justificou Deschamps. Segundo ele, o governador ouviu o clamor do magistério para recompor a regência e quer fazer isso, mas somente a partir de janeiro.

A queda de braço com o Sinte não fica somente na questão da regência. Os grevistas querem também a garantia oficial que a tabela seja recomposta.

Pais vão entrar na Justiça

Ansiosos por um final feliz, pais de alunos aguardavam na sala de recepção do gabinete do secretário a comunicação do fim da greve. “A greve chegou numa situação insustentável”, afirmou Sérgio Túlio de Lacerda, presidente do conselho deliberativo do IEE (Instituto Estadual de Educação). O representante da associação de pais do IEE, Aurélio Pereira, pai de um filho e quatro netos que cursam o ensino médio e fundamental da rede estadual de ensino, avisava que se a greve não acabasse ele entraria com uma ação na coordenadoria da Infância e Adolescência do Ministério Público Estadual. “Vamos entrar segunda-feira com ação contra o governo e o Sinte. Nossos filhos não podem perder o ano”, afirmou Pereira. Para ele, 2011 é um ano perdido da educação.

Nova negociação.
A proposta do governo foi de recompor a regência de classe 25% e de 40% dos professores, integralmente, em janeiro de 2012. Sinte quer para este ano



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 02/07/11
Assunto: Negociações emperradas		Página: 13

Negociações emperradas

Governo e professores não conseguem chegar a um acordo sobre a regência de classe

Depois de mais uma vez as negociações entre Estado e professores emperrarem nos valores da regência de classe – uma gratificação sobre o salário-base – o governo prometeu estudar a possibilidade de voltar aos percentuais antigos, de forma parcelada, ainda neste ano.

A posição inicial era de que a gratificação só seria recomposta em janeiro de 2012, o que desagradou aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), que prometeram ficar no prédio da Secretaria da Educação, em Florianópolis, até um novo posicionamento. Eles

deixaram o local ainda ontem.

A regência de classe era de 40% para professores de primeiro a quinto ano do ensino fundamental e passou para 25% do salário-base. Já para docentes do ensino médio e de sexto a nono ano do fundamental, que ganhavam 25%, ficaram com 17%. Apesar de ter aceitado analisar o parcelamento da recomposição desses valores, ainda para este ano, o secretário adjunto, Eduardo Deschamps, não sabe se isso é possível nem quando dará um retorno. A expectativa é de que na segunda-feira já se tenha uma resposta.

Com a última proposta apresentada pelo governo, serão gastos R\$ 22 milhões a mais por mês. Isto daria, por ano, cerca de R\$ 300 milhões. Com o compromisso de retornar aos valores antigos da regência de classe em 2012, o governo gastará R\$ 200 milhões anuais a mais.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 02 e 03/07/11
Assunto: Resolvido		Página: 02

Resolvido

Pois é, a saída do Fundeb da base de cálculo vai retirar dos Poderes R\$ 300 milhões. Problemas à vista? Num primeiro momento sim, mas foram resolvidos. Simulações apresentadas pela Secretaria da Fazenda e analisadas por técnicos do Tribunal de Justiça e do Ministério Público acabaram produzindo uma equação favorável e na semana que vem será anunciada. A bem da verdade os Poderes não vão perder, mas deixar de ganhar. Explico. Com o aumento mensal da arrecadação o percentual de repasse eleva os valores. Quando chegar, no ano que vem os R\$ 300 milhões, divididos entre os beneficiados e que eram nutridos pelo Fundeb na receita líquida disponível, estarão praticamente absorvidos. Não se pode dizer que haverá perda, mas repito, deixaram de ganhar um pouco mais. Houve por parte do governo uma preocupação em não afetar o planejamento financeiro dos Poderes. Digamos que um erro passado, ou quem sabe uma irregularidade, com o Fundeb no cálculo, não poderia jamais criar outros erros no presente. Foi retirado e os repasses ajustados.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 4/7/11
Assunto: Professores		Página: 28

Professores

Diante do desconto do salário dos docentes pelo governo como represália aos desdobramentos da greve, eu, como futuro professor, me solidarizo com todos da categoria para que repensem nosso voto nas próximas eleições. Vamos dar um basta a promessas e ideologias de políticos que não compactuam com a realidade socioeducacional brasileira e o reflexo, como as próprias políticas públicas educacionais atingem os professores, na falta de uma análise mais objetiva, em prol de um justa remuneração. Senhor Raimundo Colombo, esperamos que olhe com mais carinho o problema educacional, e dê o devido valor ao profissional que atua dentro de uma sala de aula.



Roberto Mário Forbici
Florianópolis

Dinheiro para melhorar o salários dos professores existe. Infelizmente, o governo nacional gasta mal e a turma do colarinho branco consome com 20% do que é arrecadado. Vergonhoso.

Eduardo Tagliapietra
Videira



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 3/7/11
Assunto: Seis meses depois – Muitos nós para desatar		Página: 4 e 5

SEIS MESES DEPOIS

Muitos nós para desatar

Governo Colombo traçou um plano de voo, mas ainda não conseguiu decolar enleado com impasses como o da greve dos professores

NATÁLIA VIANA

O plano de voo estava traçado. Os primeiros 120 dias de governo seriam marcados pelo controle dos gastos e estudos detalhados da máquina. A ideia do governador Raimundo Colombo era fazer caixa para então mostrar a cara da nova administração com o lançamento de um pacote de obras e projetos. Mas, seis meses depois, o governo ainda não decolou. Pelo contrário, parece imobilizado por uma greve que já dura mais de 45 dias.

A paralisação do magistério colocou o Estado em uma encruzilhada. Antes mesmo de tomar posse do governo, Colombo havia recebido uma informação preocupante: os abonos e gratificações concedidos em 2010 para os servidores, mais o crescimento vegetativo, representariam mais R\$ 900 milhões na folha. Com isso, o Estado se aproximava do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Do outro lado, os professores, que cobravam desde 2008 o pagamento do piso nacional do magistério, receberam o argumento que faltava para a reivindicação, depois que, em abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a questão e deu ganho de causa ao magistério. Desde o início, o posicionamento do governo foi de que não havia dinheiro para pagar tudo o que a categoria pedia. Formou-se um impasse. Os professores defen-

do o governo. Quando a greve do magistério começou a ser desenhada, no início de maio, estava encerrando o prazo de 120 dias de contenção estabelecido pelo governador. Depois de calcular o valor da economia alcançada neste período e avaliar as prioridades de cada área, a ideia era lançar um pacote de obras para marcar o início da nova administração. Entre as primeiras obras a ser anunciadas pelo governador estaria a nova penitenciária da Grande Florianópolis, orçada em R\$ 80 milhões. A Fazenda estimou a economia em R\$ 900 milhões em quatro meses, valor próximo da meta de R\$ 1 bilhão. Mas, dentro do Centro Administrativo, comenta-se que este valor seria maior, já que neste período o Estado aplicou o dinheiro. O problema é que, no meio de uma greve em que o argumento do governo é que não há recursos para pagar os professores, seria complicado anunciar uma série de obras. Com isso, a ironia nos corredores do Centro Administrativo é que “antes não podia gastar nada, agora que pode gastar, ninguém sabe como”.

Outros nós

SECRETARIADO

A greve dos professores não foi o único nó que amarrôu o governo. A montagem do colegiado consumiu tempo e energia. A ampla coligação que garantiu a vitória de Colombo se transformou em dor de cabeça na hora de dividir o secretariado. Colombo tinha na cabeça o perfil das pessoas que colocaria nas principais secretarias, mas os partidos reivindicavam suas fatias. A divisão das secretarias regionais foi uma novela maior. A lista foi completada apenas no dia 10 de abril.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 4/7/11
Assunto: Tebaldi		Página: 8

Tebaldi

O secretário da Educação, Marco Tebaldi, que muitos consideram ausente no processo de negociação, e que reapareceu ontem, declarou, via assessoria, que foi a um encontro com secretários de todo o país, em Canela (RS). Disse que o trabalho está sendo desenvolvido por Eduardo Deschamps.

Veículo: A Notícia	Editoria: Portal	Data: 3/7/11
Assunto: Os filés		Página: 2

Os filés

A parceria público-privada (PPP) continua em pauta. A Águas de Joinville garante a existência ainda de áreas apetitosas para empresas privadas – os bairros da PPP montada sem sucesso no governo Tebaldi estão mapeados para receber investimentos públicos. Era o filé do sistema. Mas ainda haveria cortes nobres.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editorial	Data: 3/7/11
Assunto: A qualidade das escolas		Página: 16

A QUALIDADE DAS ESCOLAS

Projeto apresentado na Câmara pelo deputado paranaense Edmar Arruda, do PSC, obriga escolas públicas de todo o país a afixar em local visível uma placa com a nota da última avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, juntamente com as médias do município e do Estado em que se localizam. O propósito da medida, inspirada numa sugestão do economista Gustavo Ioschpé, é oferecer às comunidades uma informação objetiva sobre a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de modo que os pais e responsáveis pelas crianças tenham um elemento a mais para fiscalizar a escola e cobrar qualificação. Também tem como objetivo adicional gerar o que o especialista em educação chama de “desconforto positivo” nas direções das escolas mal posicionadas, para que reajam e tentem melhorar a classificação no Ideb.

A medida é bem-vinda, pois tende a dar mais transparência a um indicador importante de qualidade do ensino público. O Ideb, criado em 2005, avalia, a cada dois anos, todas as escolas do país. As notas das escolas públicas dos estados e municípios são disponibilizadas na internet pelo Ministério da Educação, mas muitas famílias, por falta de hábito ou de acesso à rede, jamais as consultam. Por isso é importante dar-lhes mais visibilidade.

A desinformação dos pais sobre a qualidade das escolas brasileiras, que aparecem pessimamente colocadas nas avaliações internacionais, ficou evidente num levantamento feito nos anos de 2004 e 2005 pela Fundação Cesgranrio a pedido do MEC. *A Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a escola pública na opinião dos*

pais, baseada em mais de 10 mil questionários aplicados em todas as unidades da federação, revelou que mais de 70% dos entrevistados avaliam positivamente as escolas de seus filhos, especialmente na comparação com as instituições onde estudaram na infância. A percepção das famílias contrasta com a colocação dos estudantes brasileiros nas avaliações mundiais, especialmente no Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa). Na última edição da prova trienal aplicada pela Organização de Cooperação dos Países Desenvolvidos (OCDE), em dezembro do ano passado, referente ao ano de 2009, o Brasil ficou no 54º lugar num ranking de 65 países.

Muitos pais de estudantes de escolas públicas preocupam-se pouco com a qualidade do ensino de seus filhos. Satisfazem-se, invariavelmente, em constatar que a criança fica na escola no período normal, recebe merenda escolar e aprende o básico. Poucos comparecem às reuniões convocadas pela escola e são mais raros ainda os que exercem o direito de fiscalizar o trabalho dos professores. E os docentes, como é de conhecimento público, nem sempre se sentem estimulados a compensar com abnegação o desinteresse das famílias, porque também eles são negligenciados e mal pagos.

Neste ambiente de descaso, os maiores prejudicados são os estudantes. Por isso, é importante que a placa a ser colocada na frente de suas escolas contribua para beneficiá-los, e não para estigmatizá-los mais ainda. O Ideb não pode servir como um carimbo de incompetência. Precisa, isso sim, ser transformado num desafio permanente para todos os integrantes da comunidade escolar e também para os governantes. As placas são bem-vindas, desde que acompanhadas de efetiva mobilização para melhorar o ensino público no país.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editorial	Data: 3/7/11
Assunto: A qualidade das escolas		Página: 16



O editorial acima foi publicado antecipadamente no site do Diário Catarinense. Os demais comentários dos leitores sobre a opinião desta página estão no endereço eletrônico diario.com.br. A questão proposta aos leitores foi a seguinte: a exposição da nota do Ideb na frente das escolas motivará os pais a exigir qualidade de ensino. Você concorda?

Com certeza, assim todos ficam sabendo como está indo a escola em que seus filhos estudam, e assim podem cobrar mais delas e dos professores, para que melhorem cada vez mais o índice.

**José Paulo Castro
de Souza
Blumenau**

Acredito que a informação de uma avaliação da média de aproveitamento de uma avaliação seja positivo. Se for baixa, permite uma reavaliação do processo ensino-aprendizagem; se for boa, permite o reconhecimento da produtividade na aprendizagem. No entanto, uma avaliação, elaborada em gabinete (MEC), necessariamente não revela toda a aprendizagem: solidariedade, capacidade de resolver problemas imediatos, de sobrevivência, etc. De qualquer forma, é importante avaliar os processos educacionais.

**Roque Kolling
Águas de Chapecó**

Com certeza, deve ser exposta. Porque a nota dos alunos em uma prova nacional não pode ser manipulada, servindo, assim, como um indicador de qualidade e de referência para novas metas e cobranças, tanto para diretores quanto para professores, alunos e também para os pais.

**Edson Conrado
Itajaí**

Eu discordo, pois enquanto o Estado fingir que investe em educação pública, deixando a maioria das escolas abandonadas, sem infraestrutura, professores mal remunerados, diretores cabos eleitorais de políticos, etc, não vai melhorar nada as notas dos alunos. Salvo algumas raras exceções.

**Carlos Lessa
Palhoça**

Seria uma pressão simplista. Apenas sobre os professores e direções. Aqueles que somente ficam nos gabinetes tramando contra a educação, desviando e usurpando seus recursos, como sempre, estariam isentos de qualquer responsabilidade. Penso que há de se estabelecer mecanismos avaliativos, no entanto, é urgentíssimo que cheguem às escolas os recursos necessários para uma melhoria pedagógica efetiva. De outra forma, é mais uma covardia contra os professores.

**Margarete Aparecida Siqueira Drey
Rio do Sul**



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.País	Data: 03/07/11
Assunto: Polêmica sobre a nota do Ideb		Página: 12

Polêmica sobre a nota do Ideb

Projeto de lei sobre colocação de média na porta das escolas está em discussão

Criado para monitorar a qualidade do ensino oferecido no País, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pode se tornar uma marca obrigatória – e nem sempre agradável – na fachada das escolas públicas brasileiras. Desde o começo de junho, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei controverso que pretende compelir os diretores a fixarem placas na porta de seus estabelecimentos revelando a média que obteve na avaliação.

Apresentada pelo deputado federal Edmar Arruda (PSC-PR), a proposta foi elaborada a partir de uma provocação feita pelo economista e especialista em educação Gustavo Ioschpe. Em sua coluna na revista “Veja”, o pesquisador sugeriu que as escolas públicas deveriam ser forçadas a expor seu Ideb, ao lado do índice médio do município e do Estado.

Para Ioschpe, “a maioria dos pais e professores não sabe se a escola do filho é boa ou ruim, e, se esperarmos que consultem o site do MEC, seremos o País do futuro por mais muitas gerações”. Da mesma opinião, Arruda decidiu levar a ideia adiante. “Entendo que à medida que isso se torne transparente não só haverá uma melhora na autoestima do aluno e dos profissionais como também um maior envolvimento dos pais.”

Opiniões pró e contra

De Norte a Sul do País, pipocam ações semelhantes – uma delas em Teresina, no Piauí: uma lei sobre o tema acaba de ser aprovada. Em Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, por iniciativa do vereador Jerri Adriani Meneghetti (PP), o assunto foi acatado por unanimidade na Câmara, que encaminhou ao prefeito indicação favorável à aplicação da publicação.

A questão também anda causando furor entre especialistas, representantes de pais e autoridades. Na opinião da professora Tania Marques, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a superexposição dos índices pode causar mais problemas do que benefícios. “Os dados são públicos. Podem e devem ser conhecidos. Mas escancarar isso na frente das escolas me parece um pouco demais. Soa como penalização.”

Ao serem informadas abertamente sobre o Ideb da escola, opina Robison Minuzzi, presidente da Federação das Associações de Pais e Mestres do RS, as famílias teriam, no mínimo, um forte argumento para cobrar melhorias.

O que é

■ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 para medir a qualidade das escolas e das redes de ensino no Brasil.

■ É calculado a partir de dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e de médias de desempenho na Prova Brasil e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

■ O Saeb avalia, por meio de amostragem, alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, em matemática e português, de escolas públicas e privadas. A Prova Brasil é um exame nacional de português e matemática aplicado à 4ª e à 8ª série de escolas públicas do País.

■ Em uma escala que vai de zero a dez, os resultados do Ideb estão no site <http://portal.mec.gov.br>.

■ O índice é medido a cada dois anos, e a meta do Plano de Desenvolvimento da Educação é que o Ideb do Brasil seja 6 em 2022, média que corresponde à qualidade do ensino em países desenvolvidos.

PARA QUE SERVE?

■ Com os resultados, o governo determina metas para a educação e planeja a distribuição de recursos. Além disso, diretores e professores ficam sabendo como está o trabalho desenvolvido na sua escola e podem promover mudanças.

O PROJETO DE LEI NACIONAL

■ No dia 7, o deputado federal Edmar Arruda (PSC-PR) apresentou o projeto de lei nº 1536/2011, que determina que todas as escolas públicas do País fixem um painel exibindo a nota no Ideb.

■ O painel deverá ser fixado junto à entrada principal e deverá ter, no mínimo, um metro quadrado.

■ As escolas da rede pública terão o prazo de até 45 dias para se adequarem, a partir da data de publicação da lei.



PRÓXIMOS PASSOS

■ O projeto precisa passar pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

■ Depois, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça para que seja verificada a constitucionalidade e, em seguida, para a Comissão de Finanças e Tributação.

■ Após passar pelas três comissões, a proposta seguirá para o Senado. Se for aprovada, ainda dependerá da sanção presidencial. Não há prazo estipulado para passar de uma comissão a outra.

Entrevista/Gustavo Ioschpe

“Meu desejo é a cooperação”

Depois de defender a exibição do Ideb das escolas públicas em locais visíveis na sua coluna na “Veja”, o especialista em educação Gustavo Ios-

chpe fez uma provocação. “Mande um e-mail para seu deputado e exija essa lei”, escreveu. Confira a entrevista na qual ele disse ter se surpreendido com a repercussão.

A Notícia – Que ações efetivas esse texto já provocou?

Gustavo Ioschpe – A lei já foi aprovada em Teresina, no Piauí, está tramitando em Mato Grosso como lei estadual, nos municípios de Dois Irmãos (RS) e Juiz de Fora (MG). Em outras duas cidades do Sergipe e Ceará foi determinada por ordem do Poder Executivo. Está havendo um certo clamor popular.

AN – Foi uma surpresa a avalanche de iniciativas imediatas?

Ioschpe – Eu tinha muita vontade que desencadeasse, mas não esperava uma reação tão rápida.

AN – Há polêmica nesse caso e educadores contrariados, não?

Ioschpe – Os incompetentes sempre são contrariados. A ideia dessa placa é simplesmente cumprir um direito à informação que todo cidadão deve ter. Hoje está num site que é preciso saber de sua existência. Essa medida visava dar transparência. Tem escolas que vão muito bem e precisam ser reconhecidas. E nas que são

muito ruins, e infelizmente são muitas, é fazer com que aquele pai que hoje ignora ou acha erroneamente que a escola é boa, saiba que a escola é ruim e demande dos professores, diretores, prefeitos, governadores.

AN – Não vai estimular uma concorrência entre as escolas?

Ioschpe – Pelo contrário, meu desejo é que gere uma cooperação. A escola que é a melhor da cidade tem muito a contar para as ruins e essas podem se beneficiar muito desse diálogo.

AN – As notas representam, de fato, a realidade de uma escola?

Ioschpe – A escola é muito mais do que isso, mas é preciso um dado objetivo. Geralmente, quando a escola ensina bem o português e a matemática, ensina bem o resto. O Ideb não é e nem pretende ser um índice que abarque a totalidade, mas mostra com objetivo o que é mais importante na educação.



A ideia dessa placa é simplesmente cumprir um direito à informação que todo cidadão deve ter.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Opinião	Data: 30/6/11
Assunto: Notas na parede		Página: A2

Notas na parede

A educação brasileira tem desde 2007 um indicador universal de qualidade, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Ele avalia a cada dois anos todas as escolas do país.

No caso das públicas, as notas por escola estão disponíveis na internet, assim como as metas que elas devem perseguir até 2022.

O objetivo é que a média daqui a uma década seja 5,8 para o 5º ano do ensino fundamental nas escolas públicas. O resultado mais recente, de 2009, é 4,4.

Um projeto de lei do deputado Edmar Arruda (PSC-PR) quer determinar, agora, que seja afixado na entrada de cada escola um painel com sua nota no Ideb e as médias do município e do Estado.

O economista e especialista em educação Gustavo Ioschpe, autor da ideia, argumenta que os pais hoje desconhecem o resultado das escolas e que a divulgação geraria “um desconforto positivo”.

Além de não precisar consultar a internet, os pais poderiam comparar a qualidade da escola de seus filhos com a das demais.

A iniciativa é meritória. A divulgação das notas por esse novo meio tem custo quase zero e possui o inegável efeito de aproximar os pais da escola de seus filhos.

Ao ficar ciente do resultado, a família pode acompanhar mais atentamente o desempenho da

instituição e exigir medidas concretas na busca de melhoria da qualidade do ensino.

É importante, ainda, um intercâmbio entre as escolas e os pais. De nada adianta a divulgação das notas, em busca de um maior engajamento das famílias, se as instituições não estiverem abertas à sua participação. Outra providência seria convocar os pais para reuniões periódicas.

Há algumas décadas pesquisas confirmam que o nível socioeconômico das famílias é o principal fator a explicar o desempenho dos alunos. Não se deve esperar, portanto, avanços prodigiosos.

Como disse à **Folha** a historiadora Diane Ravitch, “crianças de baixa renda só vão ter uma performance de alto nível se suas necessidades não forem ignoradas”. A estudiosa ressalta que “sozinhas as escolas não reduzirão a pobreza ou produzirão igualdade”.

O Ideb é um importante mecanismo para aperfeiçoar a qualidade do ensino no Brasil, e sua popularização teria efeito positivo.

As metas do ensino público, no entanto, são muito pouco ousadas. A nota 5,8 é apenas para o 5º ano do ensino fundamental, só em 2022. Para o 9º ano, o objetivo é 5,2. Para o ensino médio, 4,9.

O governo, assim como pais e alunos, deve almejar resultados mais ambiciosos na educação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 3/7/11
Assunto: Média para todos verem		Página: 33

IDEB

Média para todos verem

Projeto de lei pretende que escolas divulguem resultado de índice de qualidade nas fachadas

Criado para monitorar a qualidade do ensino oferecido no país, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pode se tornar uma marca obrigatória – e nem sempre agradável – na fachada das escolas públicas brasileiras.

Desde o início de junho, tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei controverso, que pretende compelir os diretores a fixarem placas de no mínimo um metro quadrado na porta de seus estabelecimentos revelando a média que cada colégio obteve na avaliação nacional.

Apresentada pelo deputado federal Edmar Arruda (PSC-PR), a proposta foi elaborada a partir de uma provocação feita pelo economista e especialista em educação Gustavo Ioschpe.

Em sua coluna na revista *Veja*, ele sugeriu, no dia 5 de junho, que as es-

colas públicas deveriam ser forçadas a expor seu Ideb, ao lado do índice médio do município e do Estado. Para Ioschpe, “a maioria dos pais e professores hoje não sabe se a escola do filho é boa ou ruim, e, se esperarmos que consultem o site do MEC (Ministério da Educação), seremos o país do futuro por mais muitas gerações”. Ao final de sua coluna o especialista lançou um desafio: “Mande um e-mail para seu deputado e exija essa lei”. Ele rodou o Brasil na série *JN no Ar*, do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e disse ter se surpreendido com a repercussão de suas palavras.

De mesma opinião, Arruda decidiu levar a ideia adiante:

– À medida que isso se torne transparente, não só haverá uma melhora na autoestima do aluno e dos profissionais como também um maior envolvimento dos pais. É um projeto simples mas que vai gerar orgulho.

O que é o Ideb

- O **Índice** de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 para medir a qualidade das escolas e das redes de ensino no Brasil.

- É **calculado** a partir de dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e de médias de desempenho na Prova Brasil e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

- O **Saeb** avalia, por meio de amostragem, alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio, em matemática e português, de escolas públicas e privadas. A Prova Brasil é um exame nacional de português e matemática aplicado à 4ª série e 8ª série de escolas públicas do país.

- **Em uma** escala que vai de zero a 10, os resultados do Ideb são disponibilizados no site do Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br>).

- O **índice** é medido a cada dois anos.

PARA QUE SERVE?

- **Com os** resultados, o governo determina metas para a educação e planeja a distribuição de recursos. Além disso, diretores e professores ficam sabendo como está o trabalho desenvolvido na sua escola.

O PROJETO

- **No dia 7** de junho, o deputado federal paranaense Edmar Arruda (PSC) apresentou o Projeto de Lei nº 1536/2011, que determina que todas as escolas públicas do país fixem um painel exibindo sua nota no Ideb. O painel deverá ser fixado em local visível, junto à entrada principal da escola, e deverá ter no mínimo um metro quadrado.

- O **projeto** precisa passar pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (onde está no momento). Só depois de passar pelo crivo das três comissões, a proposta seguirá para o Senado. Se for aprovada, ainda dependerá da sanção presidencial.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Plural	Data: 04/07/11
Assunto: Receitas de uma professora		Página: 12

Receitas de uma professora

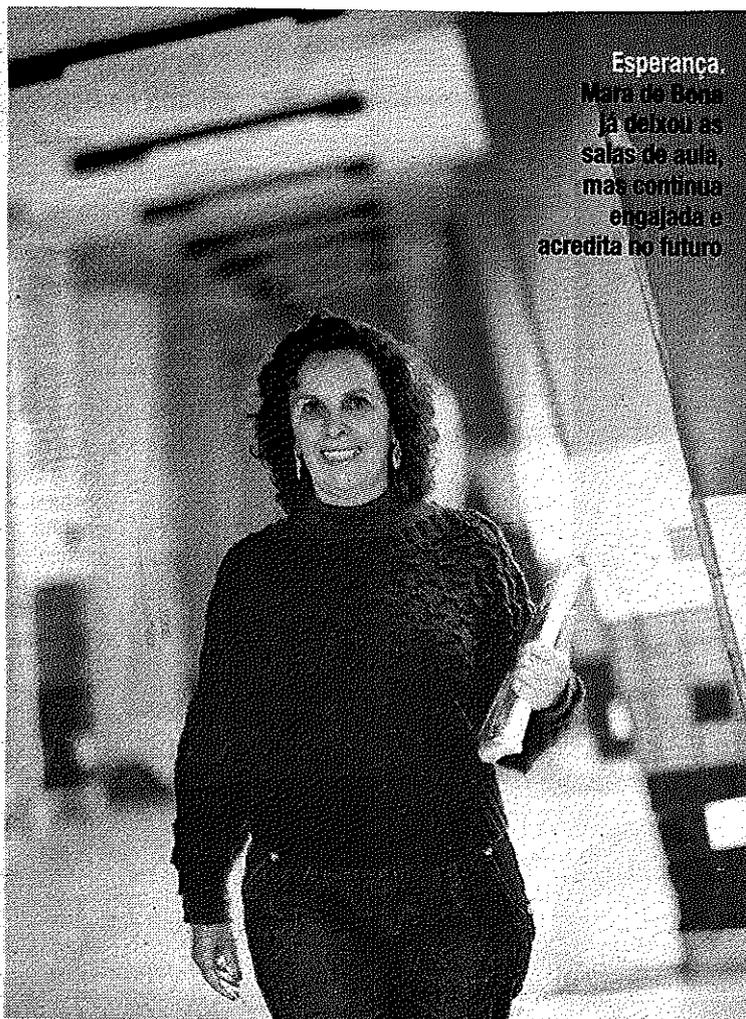
Fórmula. Para a aposentada Mara de Bona, modelo de escola precisa se transformar para continuar existindo

FLORIANÓPOLIS — A escola vai mal, e tende a piorar, porque ninguém mais aguenta a estagnação, o modelo pedagógico defasado, a desconsideração com os professores, os riscos que vêm com a violência, o ar sofrido dos colegas – mesmo aqueles que mantêm uma centelha de otimismo em meio ao caos que se instalou no setor. Este quadro sombrio não é pintado por algum especialista, estudioso ou educador baseado na academia. É o diagnóstico de alguém que passou 20 anos em sala de aula e mesclou a nobre missão de ensinar (e aprender) com o desafio de manter a família recebendo baixos salários e suportando níveis de estresse crescentes, decorrentes de jornadas duplas ou triplas e da falta de perspectivas para a carreira.

Mara Vieira de Bona, já aposentada no magistério, começa falando pouco, escolhe as palavras com cuidado, mas depois se solta e desfia uma série de opiniões acerca da rotina nas escolas públicas. “Não podemos culpar os pais, que precisam trabalhar, mas hoje o professor é também psicólogo e formador da personalidade dos alunos”, afirma, referindo-se ao acúmulo de papéis delegado aos educadores no Brasil. “O que esperar de uma criança de 12 anos que precisa acordar o irmão de oito para irem juntos à escola porque os pais saíram às 5h da manhã atrás de seu sustento? É por isso, também, que as dificuldades aumentaram – cada aluno chega com carências e estímulos específicos. Se a escola não se transformar, atendendo bem a esse público, ela não tem futuro”.

Ex-diretora da escola estadual Antonieta de Barros, já desativada no Centro de Florianópolis, e da Escola Indígena Itaty, no Morro dos Cavalos, em Palhoça, Mara continua engajada. Ela reforça que as escolas já não dão conta do papel e garante que nem as universidades, nem o sistema educacional evoluíram. “Nosso paradoxo é priorizar a diversidade, que é uma marca dos dias atuais, sem as mínimas condições para cumprir essa tarefa”.

Greve
A professora
aposentada apoia os
companheiros paralisados
há 47 dias e se diz surpresa
com a maciça adesão de
diretores e funcionários
das gerências regionais
ao movimento no
Estado



Esperança.
Mara de Bona
já deixou as
salas de aula,
mas continua
engajada e
acredita no futuro

Mudanças no meio do jogo

Uma cena comum nas escolas, admite a professora Mara de Bona, é encontrar professores com sinais profundos de estresse, que desembocam em doenças funcionais e afastamentos cada vez mais frequentes. “Os níveis de depressão cresceram muito quando as regras de aposentadoria foram alteradas”, afirma. A necessidade de permanecer até os 50 anos na escola foi um baque para muitos mestres. “As mudanças das regras em pleno jogo, como vemos na greve atual, ainda assustam os professores”, diz. Isso tende a encurtar a carreira de quem está chegando agora, especialmente nas escolas do Estado.

A receita seria a evolução porque o mundo mudou, tornou-se mais tecnológico, diversificado e individualista. Uma saída seria a docência compartilhada, experiência que ela adotou na escola Antonieta de Barros e que consistia em projetos que levavam em conta as diferentes necessidades dos alunos.

Tornar visível o invisível

Formada em Letras na Universidade Federal de Santa Catarina, Mara criou quatro filhos. Trabalhou em Imbituba e em Florianópolis (incluindo o Instituto Estadual de Educação), onde também foi diretora de escolas,

e guarda lembrança especial dos anos em que lecionou para os índios guaranis do Morro dos Cavatos.

Hoje, estuda música e canta num coral da cidade. Vai mais ao cinema e recupera as leituras perdidas nos tempos em que levava

provas para corrigir em casa. “Eu fazia o que gostava, mas chegava irritada”, lembra. Também faz parte dos Românticos Conspiradores, um grupo de professores que luta para “tornar visíveis as escolas invisíveis do país”, na sua própria expressão.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 3/7/11
Assunto: Maior escola de culinária do mundo abrirá unidade no Rio		Página: C6

Maior escola de culinária do mundo abrirá unidade no Rio

Cordon Bleu será inaugurada em maio de 2012, com 800 vagas

LUIZA SOUTO
DO RIO

Amantes da gastronomia, principalmente os cariocas, receberam uma boa notícia nesta semana. Em maio do ano que vem, será inaugurada uma unidade da Cordon Bleu, a maior e mais tradicional escola de culinária do mundo, no bairro de Botafogo, na zona sul do Rio.

Na terça, o governador do Rio, Sérgio Cabral, assinou um protocolo de intenções para a instalação da escola, fundada em Paris em 1895. Ela será vinculada à rede da Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica), da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Serão cerca de 800 vagas, 25% das quais para cozinheiros de baixa renda, disse o secretário de Ciência e Tecnologia Alexandre Cardoso. Esses alunos, diz, serão selecionados por um comitê de chefs.

Os demais alunos pagarão mensalidade, cujo valor ainda não foi definido. Na França, o curso mais caro (cozinha e confeitaria) custa R\$ 81 mil por ano.

INICIATIVA

Segundo Roland Villard, que possibilitou a vinda da escola, essa será a primeira vez que a Cordon Bleu abre para alunos carentes, inicia-

tiva que, diz, vai valorizar a gastronomia brasileira.

“Moro aqui há 14 anos e adoro comer as especialidades daqui. Os brasileiros que moram lá fora acabam se acostumando com outra cultura. O que falta são os brasileiros exportarem sua gastronomia, sua técnica e acho que a Cordon Bleu vai ajudar nisso”, disse Villard, chef executivo do hotel Sofitel.

Incomodado com a falta de um curso do nível da Cordon Bleu no país — e por mo-

“ Moro aqui há 14 anos e adoro comer as especialidades daqui. Os brasileiros que moram lá fora acabam se acostumando com outra cultura. O que falta são os brasileiros exportarem sua gastronomia, sua técnica e acho que a Cordon Bleu vai ajudar nisso

ROLAND VILLARD
chef que intermediou a vinda da Cordon Bleu para o Brasil

rar na capital fluminense—, Roland resolveu promover o encontro entre o presidente e o vice da escola, Andre Coindreau e Patrick Martin, respectivamente, com o vice-governador Luiz Fernando Pezão, em outubro de 2010.

PERSUASÃO

“A ideia era convencê-los da importância de ter uma grande escola no Rio e mostrar que isso vai provocar um forte desenvolvimento econômico. Alunos virão do Brasil inteiro.” Além disso, o Rio é uma cidade que está evoluindo rápido, se preparando para grandes eventos.”

Roland aproveitou para deixar claro que a Cordon Bleu não forma chefs e criticou a ideia de grande glamour que a mídia passa sobre a profissão.

“Nenhuma escola do mundo vai formar chef de cozinha. Ela forma um cozinheiro. A Cordon Bleu tem uma metodologia de trabalho. Não dá para comprar um título de chef. Isso é dedicação, motivação, paixão.”

As reformas no prédio que vai receber a escola começam em outubro e serão concluídas até fevereiro, quando devem começar as inscrições. As aulas terão início em abril ou maio e vão durar de três meses a um ano.



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Opinião	Data: 2/7/11
Assunto: Malthus e as favelas		Página: A2

ANTÔNIO GOIS

Malthus e as favelas

RIO DE JANEIRO - Mesmo hoje, há quem ainda acredite que a solução para a pobreza no Brasil seja o controle compulsório da natalidade dos mais pobres.

O malthusianismo extemporâneo, no entanto, anda sofrendo duros golpes a cada nova pesquisa realizada pelo IBGE.

Na sexta-feira, o instituto divulgou dados do Censo que permitem comparar a população por bairros. Eles mostram que o número de crianças com até quatro anos de idade já está em queda em grandes favelas cariocas, como Rocinha, Alemão e Maré.

Ainda não é possível saber se a tendência é verificada nas demais favelas, e não significa que elas já pararam de crescer, mas é sintomático que tenha ocorrido, pela primeira vez, nas três maiores.

O aumento da escolaridade feminina é uma provável explicação, pois é altamente correlacionado com a queda da fecundidade. Com mais instrução, crescem as pers-

pectivas profissionais e a capacidade de planejar melhor a gravidez.

Do início dos anos 1990 ao final da década passada, o percentual de mulheres em idade fértil analfabetas funcionais caiu de 27% para 10%. O índice das que completaram o ensino fundamental cresceu de 37% para 70%.

Mesmo em favelas — como provaram os demógrafos José Eustáquio Alves e Suzana Cavenaghi—, mulheres que completaram o ensino fundamental já tinham, em 2000, fecundidade inferior à média de dois filhos.

Sabe-se que a escolaridade feminina tem efeitos positivos também sobre a mortalidade infantil e o desempenho de crianças na escola.

A queda da população com até quatro anos, em áreas mais pobres, abre, portanto, uma janela de oportunidade. É hora de aumentar significativamente o gasto per capita no período mais importante do desenvolvimento do ser humano: a primeira infância.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 4/7/11
Assunto: Educação – Serra sedia seminário estadual		Página: 24

EDUCAÇÃO

Serra sedia seminário estadual

Lages

Começa hoje e segue até amanhã, em Lages, o 1º Seminário Estadual de Sistemas de Ensino de SC. Nos dois dias, o evento ocorrerá a partir das 9h, no Salão de Atos da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). O encontro reunirá os conselhos de educação do Estado, gestores da secretaria estadual, secretários e conselheiros municipais, Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e entidades organizadas para discutir a situação da educação em Santa Catarina e no Brasil.

Um dos coordenadores do evento, o reitor da Uniplac, professor Gilberto Sá, diz que o seminário será uma síntese de vários encontros regionais realizados em 2010. O governador Raimundo Colombo confirmou presença na abertura de hoje. Inscrições já estão encerradas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 4/7/11
Assunto: Vestibular – O resultado sai no dia 15		Página: 23

VESTIBULAR

O resultado sai no dia 15

A segunda fase de provas da Udesc, realizada ontem, registrou índice de abstenção de 16,82%

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) aplicou, domingo, as provas da segunda fase do vestibular vocacionado de inverno nas cidades de Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville, Chapecó, Lages, Ibirama, Laguna e São Bento do Sul.

Dos 4.292 candidatos habilitados para esta etapa, 722 não compareceram aos locais de exames, o que gerou um índice de abstenção de 16,82%. Este é um índice menor do que o do vestibular de inverno do ano passado (19,32%).

– Mais uma edição do vestibular da Udesc aconteceu com normalidade. O índice de abstenção na segunda fase é geralmente maior que o da primeira, pois alguns candidatos acabam desanimando com o desempenho na fase inicial, mas tivemos um índice menor em rela-

ção ao vestibular de inverno de 2010 – afirmou a coordenadora do vestibular da Udesc, Rosângela de Souza Machado.

Agora, 3.570 candidatos terão as provas corrigidas e disputam as 1.320 vagas, em 32 cursos, oferecidas nesta edição do vestibular.

Na segunda e decisiva fase, os candidatos foram testados com provas de redação – uma dissertação com tema relacionado ao curso escolhido pelo candidato – e com provas de conhecimento específico – com quatro questões discursivas e/ou habilidade específica. Todas as provas poderão ser consultadas no www.vestibular.udesc.br.

Até o dia 15 de julho, a Udesc irá divulgar o resultado final no site da instituição e na Reitoria da universidade, no Bairro Itacorubi, em Florianópolis. Informações no (48) 3321-8098.